



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

ATA DA 41ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

Em 26 de abril de 2011 o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB realizou a sua 41ª reunião, presentes os Conselheiros que assinaram a lista de presença. Dando início à reunião, procedeu-se à leitura da ata da 39ª sessão, realizada em 24 de fevereiro de 2011, ao final aprovada pelos presentes. Foram justificadas as ausências dos conselheiros Mariza Lomba Pinguelli Rosa, representante do Conselho Municipal de Educação, Jorge Luiz da Silva Santos e Anderson Paulino de Souza, representantes dos diretores e José Eduardo Feitosa Mariani, do segmento professor, em decorrência de outros compromissos importantes e inadiáveis. Participaram da reunião Carla Arede, da CGU – Controladoria Geral da União/Rio de Janeiro, além de Marcelo Simas Ribeiro e Maria Saldanha, representantes do TCM – Tribunal de Contas do Município, que informaram sobre a realização de seminário de orientação, a ser realizado no Tribunal de Contas do Município nos dias 27 e 28 de junho próximo. O seminário tem foco nos conselhos em funcionamento na Educação, Saúde e Assistência Social, e tratará de assuntos relacionados a cada área de atuação. O evento constituirá excelente oportunidade de interação dos conselheiros com os órgãos de controle externo. Para a composição do temário e a pedido dos promotores do seminário, os conselheiros sugeriram que fosse abordada a questão da pressão externa sobre o Conselho no sentido de que os membros desenvolvam atividades de natureza técnica, tais como as que envolvem auditoria e perícia, que extrapolam o nível de conhecimento exigido para a participação no colegiado. No caso da Educação, os conselheiros registraram que esse tema deverá ser desenvolvido sob a ótica da legislação específica do FUNDEB, com ênfase nas atribuições e nos limites de atuação e de responsabilidade dos conselheiros. Outros assuntos que deverão merecer destaque são a questão do tratamento de denúncias de irregularidades que possam ser encaminhadas ao conselho e abordagem sobre análise de prestação de contas. As inscrições para o seminário ocorrerão no período de 16 de maio a 15 de junho, via INTERNET. A representante da CGU solicitou o envio de relação de nomes e endereços eletrônicos dos conselheiros, e respectivas entidades

representadas. Foi solicitado também que o Conselho colaborasse com a programação do seminário através de apresentação de trabalho sobre práticas, procedimentos e experiências, relacionadas à sua área de atuação. A CGU informou também o endereço eletrônico WWW.cgu.gov.br/escola_virtual para que os conselheiros interessados se inscrevam nos cursos à distância oferecidos pela entidade. O representante do Tribunal informou haver tomado ciência da inscrição do FUNDEB no CNPJ do Ministério da Fazenda, sob número 13.400.276/0001-09. Também sugeriu que o Conselho estabeleça indicadores de desempenho na área educacional para avaliar o resultado das aplicações dos recursos do FUNDEB. Ficou esclarecido pelos representantes da Secretaria, na mesma oportunidade, que a área educacional já trabalha com indicadores que permitem avaliar o desempenho da Secretaria e a qualidade do ensino, citando-se como exemplos os resultados do IDEB, do IDERIO, a taxa de evasão, os índices de aprovação e a ampliação do atendimento à Educação Infantil. Foi lembrado também que o projeto político-pedagógico de cada escola é um indicador de grande significado para a medição de desempenho da Educação. Após a apresentação de seu material, os representantes da CGU e do TCM encerraram a participação no encontro e se retiraram, tendo continuidade a reunião, somente com os conselheiros. A Srª Presidente informou que, em decorrência de assunto aprovado de forma consensual em reunião anterior, encaminhou, à Srª Secretária, pedido de concessão de auxílio-transporte para os membros do conselho que se submetem a deslocamentos para o comparecimento às reuniões. A Srª. Presidente informou que vem mantendo entendimentos no Nível Central da SME no sentido de obter solução para a questão do descompasso entre o período de vigência do mandato dos conselheiros e dos representantes eleitos pela comunidade escolar, de sorte a tornar os mandatos coincidentes. No sentido de neutralizar a defasagem que vai se instalar em setembro próximo, quando termina o mandato de alguns conselheiros, a idéia é prorrogar formalmente a vigência do mandato até maio do próximo ano, para coincidir com as eleições de representantes nas escolas. A partir de então, o mandato dos conselheiros eleitos terá início em maio, ou seja, na mesma época do mandato da representação escolar. Igualmente foi rediscutida a questão da pressão externa que alguns conselheiros vêm sentindo, quanto a atribuições que não se ajustam aos níveis de conhecimento exigidos para a participação no Conselho, sendo do entendimento geral que o seminário oferecerá a oportunidade para que o assunto seja esclarecido. Ainda sobre o seminário, os membros julgaram que o Conselho poderá colaborar para o desenvolvimento do certame, no que diz respeito às práticas e experiências, por meio da apresentação do tema relativo

à participação dos CEC – Conselhos Escola Comunidade na indicação de representantes no Conselho, ao lado da indicação reservada à entidade sindical, observada a composição mínima exigida na legislação federal. A apresentação será feita pela Sr^a. Presidente. O tema foi considerado significativo no âmbito do Município do Rio de Janeiro, ante a experiência favorável da interação dos CEC com a comunidade escolar e com a própria gestão da área educacional. Ante a importância do evento, ficou ainda ajustado que será transmitido e-mail para as escolas e CRE solicitando a liberação dos conselheiros que se interessarem em participar do seminário. A Sr^a. Presidente apresentou aos conselheiros correspondência dirigida por professor, não integrante do quadro de magistério do Município, solicitando permissão para participar, como ouvinte, das reuniões do Conselho, no sentido de obter subsídios sobre a movimentação e aplicação de recursos do FUNDEB para instruir os trabalhos do seu curso de mestrado. Os membros concluíram que não há inconveniente na presença do professor em nossas reuniões, considerando, sobretudo, que essa situação não deve perdurar por muito tempo porque está restrita ao período do curso. A representante dos professores transmitiu pedido do Conselho de Professores no sentido de que seja permitida a presença de seus membros em nossas reuniões, para que a categoria seja convenientemente informada sobre questões relacionadas ao FUNDEB, principalmente porque os recursos são exclusivos da Educação. Alternativamente, o pedido se estendeu à possibilidade de o Conselho emitir comunicado dando notícias sobre os assuntos discutidos nas reuniões. Foi lembrado que as atas dos encontros são publicadas na INTERNET, no *site* da SME, estando disponíveis para os interessados, e que na hipótese de os professores julgarem insuficientes as informações, tanto o Conselho como os setores do Nível Central poderão oferecer esclarecimentos adicionais. Foi informado que o Sr. Valter Elias de Souza deixou de ser representante do CEC e dos responsáveis, no âmbito escolar, e, em consequência, perdeu a qualidade de representante no Conselho do FUNDEB. O assunto será examinado pelos setores administrativos do Nível Central da SME, à luz do regimento interno, ficando esclarecido que será necessária nova eleição para vice-presidente do Conselho, para suprir a vacância do Sr. Walter. Os conselheiros entendem também que será necessária a revisão do regimento interno do Conselho, pois o documento foi consolidado há algum tempo, carecendo, pois, de atualização. Foi entregue a cada conselheiro presente um envelope, oriundo do Gabinete da Vereadora Andrea Gouvea Vieira e sobrescrito em nome de cada um, com documentos pertinentes a ações judiciais envolvendo a Prefeitura, sobre questões relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino. Pelo adiantado da

hora, ficou acertado que o material será discutido na próxima reunião. Lembrado aos conselheiros que a Promotoria de Justiça de Proteção à Educação na Capital marcou reunião para o próximo dia 4 de maio, sendo esperado o comparecimento dos conselheiros. Finalmente, cabe registrar que a próxima reunião do Conselho foi fixada para o dia 18 de maio próximo, às 11 horas. E, por nada mais haver a tratar, eu, Geraldo Mattos, matrícula 11/190.751-8, na condição de secretário, lavro a presente ata, que será assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2011

Geraldo Mattos

11/190.751-8